3 Aos vinte e dois do mês de marco do ano de dois mil e dezenove, no Auditório Waldir Arcoverde, da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, em Fortaleza, realizou-se a terceira 4 Reunião Ordinária do ano de dois mil e dezenove da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema 5 6 Único Saúde do Ceará, com a presença dos seguintes membros: Representado o Componente Estadual: João Marcos Maia, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna de Saúde; 7 8 Tânia Mara Silva Coêlho, Secretária Executiva de Atenção à Saúde, Representando o Secretário 9 Estadual de Saúde; Luciene Alice da Silva, respondendo pela Coordenação da COPAS; Daniele Rocha Queiroz Lemos, Coordenadora de Vigilância em Saúde; Vera Maria Câmara Coêlho, 10 Assessora Técnica e Secretária Executiva da CIB. Representando o Componente Municipal: 11 Sayonara Moura de Oliveira Cidade, Presidente do COSEMS/CE, Vice-Presidente da CIB/CE e 12 Secretária da Saúde de Capistrano; Rilson Sousa de Andrade, Vice Presidente do COSEMS, 13 Secretário da Saúde de Quixelô; Alessandra Pimentel de Sousa, Coordenadora de Regulação, 14 Controle, Avaliação e Auditoria da SMS Fortaleza; Fernando Wilson Fernandes Silva, Secretário 15 da Saúde de Camocim; Rayney Lima Martins, Secretário da Saúde de Tamboril. Presentes, 16 17 outros Secretários Municipais de Saúde e profissionais das Secretarias Municipais de Saúde, Coordenadores Regionais e técnicos das Coordenadorias e Núcleos da SESA, e assessores e 18 19 apoiadores do COSEMS e demais pessoas interessadas com registro em listas de presença de 20 convidados. Vera Coelho iniciou a terceira reunião do ano de 2019, que foi presidida pel Dra. 21 Tânia Mara Silva Coêlho, Secretária Executiva de Atenção à Saúde, com a participação da 22 Presidenta do COSEMS Dra. Sayonara Moura de Oliveira Cidade. Vera cumprimentou a todos, 23 informou sobre a pauta que está com 8 itens para serem pactuados e inclusão de mais um item por solicitação da SESA, de habilitação da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em 24 25 Terapia Nutricional Enteral e Parenteral do Hospital Regional do Cariri, para a qual pede autorização da CIB, para inclusão com Extra Pauta, tendo a concordância da Assembléia. Dra 26 27 Tânia cumprimentou a Assembléia, se desculpou pelo atraso, visto que são muitas reuniões ocrrendo ao mesmo tempo, mas que está organizando sua agenda. Rilson informou que pela 28 29 manhã houve uma reunião com participação do COSEMS, SMS de Fortaleza, Dr. Carlile Lavor, Equipe Técnica da FIOCRUZ e do Estado com o propósito de realizar um levantamento e 30 avaliação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Programa considerado muito 31 32 importante, porém tem deixado muito a desejar e por isso é preciso fazer uma discussão com 33 todos os parceiros visando projetar para os próximos anos um trabalho mais eficaz para essa categoria, tão importante para a atenção básica em nosso Estado. Sayonara ressaltou a 34 35 importância dessa reunião sobre o desempenho dos ACS e de sua importância para a saúde. Esse grupo está discutindo vários aspectos da atuação desses profissionais e trabalhando numa 36 proposta de qualificação para encaminhar ao M.S. Comunicou que a partir de hoje estará 37 assumindo a Secretaria Municipal de Saúde de Capistrano. 1.APRESENTAÇÃO: Item 1.1. 38 Relatório de desempenho e prestação de contas sobre a execução dos recursos de custeio 39 repassados para Organização de Procura de órgãos e Tecidos - OPO. Dra Eliana Régia 40 41 Barbosa de Almeida, Coordenadora da Central de Transplantes-CETRAN iniciou a apresentação do relatório sobre o desempenho das Organizações de Procura de Órgãos e Tecidos-42 OPO no Estado que é feito a cada dois anos para o Ministério de Saúde. O modelo 43 44 organizacional vigente foi implantado a partir de 2009 baseado no Norte Americano de organizações a procura de órgãos que se diferenciam do modelo anterior, visto que mantem uma 45 equipe dentro do hospital a procura de doadores e essa equipe se responsabiliza por vários 46 hospitais, tendo uma área de abrangência para além do hospital onde está instalada. O ponto 47 48 positivo dessas OPO é o financiamento de R\$ 20.000,00/mês para cada OPO com abrangência populacional de 2 milhões de habitantes. A Equipe da OPO é composta de 01 médico 49 coordenador com experiência comprovada, enfermeiros e agentes administrativos. As atribuições 50 das OPOs é de otimizar o processo de doação, desde a identificação do potencial doador até a 51

agilização do diagnóstico de morte encefálica e a manutenção dos potenciais doadores, é essa equipe que entrevista as famílias para doação. Além dessas atribuições, a equipe faz articulação com o IML, SVO, com a Central e elabora os relatórios mensais. A partir de 2010 o Ceará foi contemplado com 4 OPOs visto possuir uma população de 8.500 mil habitantes, a proposta pactuada na CIB consta de 2 OPOs na capital (IJF Centro e HGF), 1 OPO na Santa Casa de Sobral e 1 OPO no Hospital Regional do Cariri em Juazeiro do Norte. Na Macro Sertão Central funciona uma ACIDOT desde 2018, bastante efetiva, notificando potenciais doadores da região. Em seguida destacou alguns dados do relatório, indicadores e número de notificações dos pacientes que foram diagnosticados com morte encefálica, com protocolo fechado e adaptação dos órgãos. Destacou o IJF como a OPO que tem uma das melhores taxas de efetivação, em torno de 52%; o HGF registrou uma redução em 2018 e vem se mantendo em torno de 250 notificações; o Hospital Regional do Cariri reduziu o número de notificações em 2017, mas em 2018 melhorou o número de doadores efetivos; a Santa Casa Sobral ocorreu redução em 2016 em virtude de dificuldades com relação ao repasse causado pela mudança da modalidade de repasse, em decorrência do decreto federal que impossibilitou o Estado a fazer o repasse para os FMS de recursos federais creditados diretamente pelo Ministério no FUNDES, atrasando portanto o recebimento dos recursos. Em relação as metas para 2019/2020 e os principais indicadores como taxa de notificação de potenciais doadores e doadores efetivos e também capacitação dos profissionais de saúde, bem como para a sociedade. Com relação as metas quantitativas, trabalharam com 10% a 15% de aumento sobre o ano anterior, para a **OPO do IJF** 264 notificações para 2019 e 290 em 2020, e 152 doadores efetivos em 2020; Realizar em 2019 e 2020 12 palestras e capacitação para o diagnóstico de morte encefálica, 06 palestras em cada ano; OPO do HGF as metas terão igual percentual de aumento de 10 a 15% ficando para 2019, 209 notificações e 230 em 2020 e doadores efetivos com 64 a 70; OPO Hospital Regional do Cariri 55 notificações em 2019 e 66 em 2020, com 22 doadores efetivos em 2019 e 26 em 2020 e trabalhar a questão de cursos, palestras, uma campanha em 2019 e outra em 2020 de esclarecimento a sociedade sobre a importância da doação de órgãos, porém priorizando o profissional de saúde especialmente na comunicação e no acolhimento as famílias; OPO Santa Casa de Sobral para 2019 a meta será de 47 notificações e de 56 para 2020 e se possível, superar esses números, será a mais trabalhada nestes dois anos e que já se reuniu com a direção da Santa Casa que deu um apoio importante. Por conta do tempo passou rapidamente as metas qualitativas. Vera informou que esta apresentação vai gerar um encaminhamento para o Ministério da Saúde em relação ao cumprimento da exigência legal de apresentação na CIB, e que será elaborada uma declaração com as assinaturas do Secretário Estadual e da Presidente do COSEMS. Dra Tânia fez a observação de que houve uma grande quantidade de notificações e baixa quantidade de efetivação, então perguntou se isso é comum ou se está notificando errado? Eliana explicou que entre o possível potencial doador (paciente grave) e potencial doador (após abertura do protocolo de morte encefálica) se faz a notificação a Central de Transplantes e então o paciente se torna um doador efetivo quando tem os órgãos retirados. Colocou, que existem gargalos durante esse processo como a não abertura de protocolos em torno de 20% dos casos, a negativa familiar que no Brasil chega a 43% e no Ceará temos uma das mais baixas taxas, em torno de 36% e em termos de taxa de efetivação o Ceará ocupa o 3º lugar no ranking nacional, porém, o ideal é acima de 50%. Rilson indagou porque o IJF consegue 50% de notificações para doadores efetivos e os demais serviços como HGF não consegue? Eliana esclareceu que dos 50 hospitais que mais notificam no Brasil, o IJF é o primeiro no ranking nacional em taxa de efetivação visto ter o perfil em trauma e ter um diferencial na acolhida as famílias. E quanto ao HGF as notificações são em bom número, mas o perfil é de paciente idoso com co-morbidades e as famílias não são entrevistadas e o caso acaba sendo descartados pela equipe. A CIB/CE aprovou o Relatório de Desempenho e Prestação de Contas dos recursos federais de custeio repassados para Organização de Procura de Órgãos e Tecidos – OPO no Estado do Ceará, acima apresentado. Item 2.1. Alteração na Composição de Membros da Comissão Intergestores

52

53 54

55

56 57

58 59

60

61

62

63 64

65

66 67

68

69

70

71

72 73

74

75 76

77 78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89 90

91

92

93 94

95

96 97

98 99

100

101

103 Bipartite do Ceará- CIB. Na representação do Estado foi nomeado o Dr Carlos Roberto 104 Martins Sobrinho, como Secretário de Saúde do Estado; a Luciene Alice da Silva, respondendo pela COPAS; Daniele Queiroz Lima, Coordenadora de Vigilância Epidemiológica; Ricristi 105 Gonçalves de Aguiar Gomes, como Supervisora do Núcleo de Vetores; Na representação dos 106 107 Municípios a Sayonara Moura de Oliveira Cidade foi nomeada como Secretária Municipal de 108 Capistrano. Item 2.2. Alteração na composição das Câmaras Técnicas da CIB. A Diretoria do COSEMS/CE solicitou alteração na sua representação junto a Câmara Técnica de Assistência 109 Farmacêutica, incluindo a Cristiane Michelle Abuquerque Bonfim, no lugar da Rita de Cássia 110 Leitão. Item 2.3. Situação das Etapas de Construção da PGASS. Dr. Mozart Ney Rolim 111 Teixeira Henderson, Representante da CORAC/SESA iniciou sua apresentação lembrando que 112 113 a PGASS tem uma data para sua implantação definida por decisão judicial; o trabalho é muito grande e enfrentamos vários problemas, pois não é fácil dar conta desse trabalho em tão curto 114 espaço de tempo. A PGASS estava sob coordenação da COPAS mas como a Dra. Magda acaba de 115 chegar, naturalmente sem muitas informações, fui designado pelo Dr. Marcos Gadelha para 116 assumir a coordenação desse processo a partir de março/2019. Pedi a instalação de um espaço 117 118 físico e uma equipe para ter dedicação exclusiva para a PGASS. O Grupo Operacional está composto pela COPAS na pessoa do Iran, Mariluce, representando a CORES e a Ivone, 119 120 representando a CORAC e o Araguaci do NUINF, responsável diretamente pelo sistema e as 121 determinações desse processo sairá da CORAC. Informou que após o fechamento do sistema 122 para a 1ª fase, os municípios ofertantes ainda puderam fazer ajustes em suas programações com a 123 colaboração do NUINF. Alguns municípios apresentam dificuldades que estão sendo discutidas 124 pelo Grupo Operacional e posteriormente levados ao Grupo Condutor entre a segunda e terceira fase antes da quarta fase, visando resolver a situação, porém nesse momento irão seguir o 125 cronograma para identificar em que momento deverão ser feitos os ajustes necessários para que 126 127 se retorne a primeira fase durante a programação. O prazo de encerramento da segunda fase, está sendo prorrogado por necessidade dos municípios e lembrou que temos um prazo determinado 128 pela Juíza, para concluirmos a PGASS. Reiterou as dificuldades de operação do sistema, 129 reconheceu a dedicação e o esforço das equipes regionais e municipais, porque esse trabalho 130 deixa os trabalhadores estressados, por conta das dificuldades operacionais e da exigüidade do 131 132 tempo curto, para entregar no prazo combinado. Em seguida mostrou dados recentes do relatório feito pela CORAC: (a) Todos os 184 municipios realizaram a programação local; (b) Dos 184 133 134 municípios 44 municipios ainda não fizeram a fase 2 estando com algumas pendências; (c) 68 135 municipios realizaram algum tipo de oferta; (d) Fortaleza e Tabuleiro do Norte esgotaram o teto 136 máximo; (e) 48 municipios realizaram a programação utilizando recurso do tesouro municipal 137 que tem que ser alocado para a pactuação. E ratificou mais uma vez que a PGASS está sendo construída por decisão judicial devendo ser acompanhada visando a melhoria das relações 138 139 intermunicipais. Em seguida mostrou o Cronograma com as alterações das datas de execução das 140 atividades elaborado pelo Grupo Operacional para ser validado pela CIB. A pactuação regional da 2ª fase termino previsto para o dia 08/03 é adiado para o dia 29/03, isto é o encerramento da 141 segunda fase passa para o dia 29/03, pois a SESA conseguiu com a Juíza adiar mais uma vez a 142 143 entrega da PGASS para o dia 1ºde junho/2019. Ivone Melo, Assessora da CORAC/SESA, 144 integrante do Grupo Operacional continuou explicando as alterações no Cronograma e disse que a terceira fase terminará em 30 de junho/2019. Com relação a avaliação das demandas de 145 146 referência para a terceira etapa, também houve mudança de datas passando para operíodo de 8 a 147 23 de abril e ainda destacou como importante a elaboração da programação por estabelecimento 148 de saúde que será feita juntamente com o Estado, no período acordado de 2 a 16 de maio e a elaboração da alta complexidade de 17 a 31 de maio. Vera informou que em 22/02/2019 essa 149 Comissão pactuou o Cronograma de Atividades para elaboração da PGASS elaborado pelo 150 Grupo Condutor, através da Resolução CIB/CE nº 29/2019. E informou que se as alterações 151 propostas acima, forem pactuadas, essa Resolução será reeditada. Sayonara manifestou várias 152 preocupações com este processo: 1ª. Com relação a programação dos municípios com recursos 153

próprios do tesouro municipal que deverá ficar muito claro, para evitar problemas jurídicos no futuro; 2ª. Quanto aos relatórios, se já estão disponíveis para os municípios. E se for confirmado que sim, já podem ser acessados; 3ª. São os municípios que estão com dificuldades de fazer inserção de oferta, citando Brejo Santo entre outros, não por falta do serviço a ser ofertado, mas pelo sistema que não permite a inserção dos dados de oferta. E concluiu enfatizando necessidade de deixar claro no documento que será encaminhado para a Juíza sobre a prorrogação, o problema do sistema de informação que realmente tem dificultado muito o trabalho dos municípios. Mozart respondeu para Sayonara relatando a conversa que teve com a Juíza, dizendo que não teria condição de entregar a PGASS dia primeiro de maio, justificando que fora convidado para ser Coordenador da CORAC em final de janeiro, assumindo de fato em 15 de fevereiro a PGASS, onde trabalhou intensamente até 10 de marco, sem contar com uma Câmara de Compensação a ser rodada em primeiro de maio, então disse para a Juíza que a PGASS estava sob sua responsabilidade e a dificuldade maior era a troca da Gestão e que não teria como implantar a PGASS no prazo que tinha sido determinado, e consciente que caso desse errado a culpa seria sua como Coordenador da CORAC. Diante disso pediu a prorrogação do prazo, no que foi atendido. Quanto ao sistema está tentando melhorar, mas reconheceu que não é fácil montar um sistema e quando vai operar aparece problema de todo tipo e se sabe que a responsabilidade não é dos municípios e sim da CORAC. Sobre os municípios assumirem a PGASS com recursos do tesouro, lembrou que está sendo seguido uma série histórica de uso do recurso e o município precisa pactuar próximo a sua série histórica. Falou que o Teto MAC foi redesenhado e alguns municípios ficaram com o Teto MAC mais curto e terão de pactuar com recurso do tesouro municipal e concordou com a Sayonara de chamar esses gestores para esclarecer a questão, para entenderem o que estão fazendo. Ivone Melo, Assessora da CORAC/SESA esclareceu que os relatórios estão disponíveis para todos os municípios a pedido da Alessandra. Disse que os municípios que não conseguirem inserir suas ofertas na primeira fase por qualquer dificuldade, vieram aqui no NUINF e com a ajuda do Grupo Operacional e técnicos do NUINF, inseriram suas ofertas. Rayney se referiu a dificuldade de registrar a oferta do CAPS Regional para os municípios no sistema, porque o sistema só cadastra o médico e no meu caso, tem uma equipe multiprofissional. Relatou outra preocupação, com relação as glosas e instigou a CIB a fazer uma discussão sobre essa questão visto que sua Região tem 11 municípios e poucos médicos para cobrir os plantões nos hospitais, já que eles trabalham em vários municípios e o CNES não aceita e acaba glosando todos os prontuários e por fim mostrou preocupação com o Hospital São Lucas que não pretende aumentar sua oferta, já disse que sua PPI será a mesma que existe hoje e como foi trabalhado a série histórica, a PPI não bate com a produção do Hospital São Lucas hoje. Helmo Nogueira, Coordenador Regional do Limoeiro do Norte colocou que Tabuleiro do Norte fechou a primeira fase deixando recurso para a programação da segunda fase, no entanto foram surpreendidos com a alteração do valor do limite no sistema. Procurou o Alexandre que explicou o motivo do município ter extrapolado o teto MAC, deveu-se a uma revisão feita nos recursos de incentivos deste município e que o valor da programação da 1ª fase havia extrapolado o teto da MC em 200 mil reais, estando portanto impossibilitado de fazer pactuação regional e também de deixar recursos para a terceira fase. Disse que o município já encaminhou a documentação para o Iran com oficio e gostaria de saber se tinha como fazer a revisão da programação da 1ª fase para ajusta-lá ao novo limite até terça feira. Mozart pediu um prazo maior ao Helmo, considerando que tem o feriado de segunda feira, não sendo possível abrir o sistema até lá, mas se comprometeu discutir a situação com o Grupo Operacional, sobre essa questão e tomar uma decisão, pois trata-se de situação especial. Vera se reportou ao Rayney informando que alguns estabelecimentos tem uma modalidade de finaciamento por incentivos com vinculação a determinados procedimentos que é o caso dos CAPS. Disse ainda que o sistema está preparado para que a programação destes procedimentos não seja deduzido do valor do limite da média complexidade. Completou dizendo que os outros procedimentos ofertados pelo CAPS, a exemplo da consulta em psiquiatria quando programada

154

155

156

157158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168169

170171

172

173174

175

176

177178

179

180

181

182 183

184185

186 187

188

189

190 191

192193

194

195

196197

198

199

200

201

202

203

será deduzida do valor do limite da programação. Mozart respondeu ao Rayney dizendo que ficou combinado com o Grupo Condutor que a programação deveria ter como referência a série histórica para não prejudicar a população, porém como o Hospital São Lucas não pretende ampliar a oferta, se comprometeu em conjunto com a Coordenadoria Regional conversar com a Direção para no sentido de analisar a possibilidade de ampliação de sua oferta. Sayonara colocou que a oferta local é uma discussão interna, que o COSEMS sempre pediu que quando fosse trabalhar a programação, fizesse uma reunião com os municípios que ofertam serviços para as possibilidades de ampliar essa oferta. Mozart acrescentou que as glosas são problemas a serem enfrentados visto que o CNES exige que o médico esteja vinculado com sua carga horária, sendo muito difícil aceitar, porém podemos analisar cada caso, a questão envolve estado e nível federal sendo complicado explicar essa situação para o MS. Alessandra colocou que a SMS de Fortaleza apesar de todos os esforcos não conseguiu avançar na PGASS, em virtude da retirada dos recursos do PCEP do limite financeiro de MC do município, que foi extrapolado, impossibilitando a oferta de procedimentos para os outros municípios. Ressaltou que foi solicitado oficialmente a incoporação do PCEP no limite e não obtive resposta até o momento, justificando que essa situação impedi avançar no processo. Humberto Guerra colocou que o sistema continua deduzindo do limite o valor do parto realizado em centro de parto normal, que é financiado por incentivo. Outra questão é que o sistema não deixa programar consultas especializadas mesmo tendo a oferta e saldo no teto MAC. Mozart esclareceu que esse valor irá retornar ao valor do limite dos municípios e que essa situação será revista no sistema. Vera colocou que em relação a solicitação da SMS de Fortaleza em acrescentar ao limite da média complexidade os recursos referentes ao PCEP no valor de R\$157 milhões, o Grupo Condutor já havia tomado a decisão de que os recursos da MC referentes as unidades do Estado seriam objeto de programação pelo Grupo Condutor e os gestores dos municípios onde essas unidades estão localizadas, que está prevista para o período de 8 a 23 de abril. Informou que o Dr. Cabeto tomou conhecimento da solicitação da Dra Joana e ficou de entrar em contato com ela pra dizer que esse momento estava previsto. E que do ponto de vista técnico não vê impedimento da SMS de Fortaleza continuar elaborando a PGASS, visto que outros hospitais estaduais como o Hospital Regional do Cariri, Hospital Regional Norte e Hospital Regional do Sertão Central estão localizados em municípios e os recursos federais destinados ao custeio destes hospitais foram deduzidos dos limites municipais e essa medida não foi impeditiva para a continuidade do processo de programação nestes municípios. Alessandra pediu que constasse em Ata que para Fortaleza essa proposta do Estado não é consenso e pediu que haja mais diálogo, pois foi colocado uma posição pelo Grupo Condutor que o município de Fortaleza não concorda. Josete Malheiro lembrou que no dia 04 de maio de 2017 a CIB iniciou essa discussão em reunião ordinária, onde foi mostrada uma tabela detalhada com os valores de extrapolamento do teto de média e alta complexidade, na época de 75 milhões de reais, desse valor em torno de 55 a 58 milhões de reais era da alta complexidade. Na discussão aqui hoje, foi falado que na terceira fase o processo será feita a programação de alto custo, e então indagou se entrou no detalhamento finaceiro da AC como um todo, visto que no caso de termos um parceiro com teto extrapolado em 75 a 80 milhões/ano no alto custo (ambulatorial e hospitalar), como organizar essa programação visto que historicamente o recurso da AC está concentrado no pólo da macro regional de Fortaleza. Daniel Menezes, Técnico da 1ª CRES Fortaleza solicitou adiamento de prazo de entrega da PGASS de 26/04 para 29/04, em virtude da Equipe da 1ª CRES ter responsabilidade de dar apoio técnico aos municípios da 1ª e 22ª Região de Saúde, e de alguns municípios não terem ainda concluído a pactuação e considera que não haverá tempo hábil para convocar as duas CIRs. Mozart respondeu que sim, podem entregar sexta feira 29 de março, desde que não comprometa o resultado final dia 30 de junho .Vera lembrou ao Josete que a PGASS será estruturada por fases, ou seja, a primeira a programação da média e em seguida da alta complexidade ou até as duas concomitantemente, daí a necessidade de fazer a identificação clara dos recursos federais por nível de complexidade. Dos recursos federais alocados para o

205

206

207

208209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219220

221222

223

224

225

226

227

228229

230

231

232233

234

235236

237

238

239

240

241242

243244

245

246

247248

249

250

251

252

253

Estado foram identificados os recursos já destinados para a programação da média e da alta complexidade, ficando claro que a PGASS seria elaborada sem recursos novos e que teria como foco as Linhas de Cuidado como forma de fazer uma programação por necessidades da população, de modo a garantir no final do processo a identificação do montante de recursos novos a serem apresentados a Juíza para que a mesma fizesse a solicitação junto ao Ministério da Saúde. Disse também que a programação de média complexidade foi feita com base nas Linhas de Cuidado e na série histórica dos procedimentos do SIA e SIH. Dessa forma os municípios estão fazendo uma programação compatibilizada com o seu limite financeiro de MAC. Lembrou mais uma vez que a programação da AC será feita centralizada e da MC descentralizada e finalizou dizendo que o que a Juíza está querendo é a PGASS ajustada ao limite e uma demanda de necessidade de recursos novos para o Estado, isso foi colocado em várias reuniões de CIB. Após as discussões a Proposta de Alteração do Cronograma das Atividades da PGASS não foram pactuadas, com base na afirmativa da Alessandra de que a SMS de Fortaleza não pode pactuar esse Cronograma, pois estão impedidos de dar seguimento a PGASS. Permanecendo o Cronograma de Atividades para elaboração da PGASS, contido na Resolução CIB/CE nº 29, datada de 22/02/2019. Item 2.4. Indicadores e respectivas metas estaduais para Pactuação 2019. Washington Meneses, Assessor de Planejamento da SESA trouxe a apresentação das metas estaduais dos indicadores do SISPACTO 2019, mas por solicitação da Sayonara esse assunto foi remedido para discussão na Câmara Técnica de Gestão, Planejamento e Financiamento, dado a necessidade dos Gestores conhecerem de forma mais detalhada a situação que levou as equipes da COPAS/COVIG estabelecerem as metas para 2019, tendo em vista que as mesmas se constituem referência para pactuação municipal. A reunião da Câmara Técnica ficou agendada para 28/03, em função do prazo definido para pactuação das metas desses indicadores. A CIB decidiu acatar as metas acordadas nessa reunião da Câmara Técnica. Ao final Sayonara manifestou insatisfação em relação as dificuldades da Diretoria do COSEMS em agendar uma reunião com o Secretário Estadual para discussão de questões de interesse do COSEMS e reclamou que os gestores estão tomando conhecimento das propostas políticas da atual gestão, através da imprensa e citou como exemplo o Programa Saude da Familia. Dr. João Marcos colocou que compeende as questões levantadas e disse que é preciso dialogar com os gestores, com o objetivo de sair desse marasmo e dar um salto para uma gestão por resultados. Finalizou dizendo que é preciso mudar o foco da Gestão do SUS, adotando uma gestão por resultados, porém reconhece as dificuldades em promover essas mudanças. Em cumprimento a decisão da CIB a Câmara Técnica de Gestão, Planejamento e Finaciamento reunida no dia 28 de março após ampla discussão, acordaram as metas para os indicadores da pactuação interfederativa 2019: 1. Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)= 278,30 por 100.000 habitantes; 2.Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (mif) investigados= 90%; 3. Proporção de registro de óbitos com causa básica definida = 95%; 4. Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade: pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10- valente (2ªdose), poliomielite (3ªdose) e tríplice viral (1ªdose) com cobertura vacinal preconizada= 100%; 5.Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação= 80%; 6. Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes= 88%; 7. Número de casos autóctones de malária= Não se aplica; 8. Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade= 1.360casos; 9. Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos = 5casos; 10. Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez=86%; 11.Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária= 0,36(Razão);12.Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de

256

257

258

259260

261

262

263

264

265

266267

268

269

270271

272

273274

275276

277

278

279280

281

282

283284

285

286287

288

289

290

291

292293

294

295

296

297

298299

300

301

302

303

304

307 determinado local e população da mesma faixa etária= 0,26(Razão);13. Proporção de parto 308 normal no sistema único de saúde e na saúde suplementar=43,5%;14.Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos= 18%:15. Taxa de mortalidade infantil=11.3 por 309 1.000NV;16.Números de óbitos maternos em determinado período e local de residência= 70 310 311 óbitos; 17. Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica= 81%; 18. Cobertura 312 de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa bolsa família (PBF)= 82%;19.Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica= 67%; 20.Percentual 313 de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de vigilância sanitária consideradas 314 necessárias a todos os municípios=80%; 21. Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com 315 Equipes de Atenção Básica= 30%; 22.Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de 316 cobertura de imóveis visitados para controle vetorial de dengue= 80%; e 23. Proporção de 317 preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao 318 trabalho=95%.Item 2.5. Aprovação da adesão do Hospital e Maternidade Madalena Nunes 319 320 (HMMN), do município de Tianguá, ao incentivo financeiro 100% SUS, destinados as Unidades Hospitalares. Com base no parecer do NUESP/COPAS a CIB/CE aprovou a adesão 321 322 do Hospital e Maternidade Madalena Nunes, CNES 2560852, Razão Social CNPJ 323 60.975.737/0060-01, localizado no município de Tianguá, ao incentivo 100% SUS. Item 2.6. 324 Implantação do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I do município de Hidrolândia, 325 junto ao Ministério da Saúde. Com base no parecer da Coordenação Estadual de Saúde 326 Mental(NUSAM/COPAS) a CIB/CE aprovou a implantação do Centro de Atenção Psicossocial – 327 CAPS I, CNES Nº 7234430, unidade pública localizada na Av. Luiz Camelo Sobrinho, S/N, 328 Centro do município de Hidrolândia (CE), , junto ao Ministério da Saúde. Item 2.7. Aprovação do Projeto da EMENDA Parlamentar, Nº 208300011, apresentado pela Secretaria da Saúde 329 do Estado do Ceará - SESA/FUNDES. A CIB/Ce aprovou o Projeto acima referido que tem 330 331 à aquisição de Equipamentos e Material Permanente, no valor total de R\$ 332 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para os setores de lavanderia, emergência, posto de enfermagem, sala de curativos e enfermarias de adultos do Hospital Geral de Fortaleza – HGF. 333 Item 2.8. Credenciamento/habilitação na Estratégia Saúde da Família. Com base no parecer 334 335 do NUAP/COPAS a CIB/CE aprovou o credenciamento/habilitação na Estratégia Saúde da 336 Família: Agente Comunitário de Saúde-ACS – 01 ACS para Solonópole .**EXTRA PAUTA.Item** 2.9. Habilitação do serviço de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia 337 338 Nutricional nas modalidades enteral e parenteral do Hospital Regional do Cariri - HRC, 339 localizado no município de Juazeiro do Norte. A CIB/CE com base no 340 Coordenação Estadual de Urgência e Emergência(NUAEM/COPAS) que afirma que esse Serviço 341 atende a todas as exigências das normas para habilitação e que a mesma gera para o Estado a 342 entrada de recurso novo, aprovou a habilitação do Hospital Regional do Cariri - HRC, registrado no CNES sob o Nº. 6779522 e CNPJ Nº. 05.268.526/0002-51, localizado no município de 343 344 Juazeiro do Norte, administrado pelo Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar – ISGH, sob gestão Estadual, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no 345 âmbito do Sistema Único de Saúde, para prestar os serviços de Alta Complexidade em Terapia 346 347 Nutricional Enteral e Parenteral. E solicita ao Ministério da Saúde os recursos no valor máximo 348 anual de R\$ 1.107.930,00 (Hum milhão, cento e sete mil, novecentos e trinta reais), 349 correspondentes a 2.881 (dois mil, oitocentos e oitenta e um) procedimentos/mês, conforme os 350 parâmetros estabelecidos na Portaria SAS/MS nº 120/2009, a serem alocados no Fundo Estadual 351 da Saúde - FUNDES.

3. INFORMES: Informe 3.1.

- 360 3.1. A Secretaria Executiva da CIB solicita o comparecimento da Sra. Maria Socorro Leitão
- 361 Lima, ex- secretária de saúde do município de Ipaporanga, para assinar a lista de frequência da
- 362 11^a Reunião de 2018 deste Colegiado. **Informe 3.2.**
- 363 9. Ordens de Servicos e Atestados de Conclusão de Edificações

- 365 1. encaminhados à Secretaria Executiva da CIB, para conhecimento, conforme estabelecido na Portaria GM/MS N°. 1.401, de 15 de junho de 2011 e nas Portarias GM/MS N°. 339, 340
- 367 <u>e 341 de 04 de março de 2013:</u> Atestado de conclusão de construção UBS: 01 em Acaraú e 01
- 368 em Uruburetama; e Atestado de conclusão de construçãode 01 UBS em Cascavel.
- 372 Vera encerrou a reunião agradecendo a participação de todos. Nada mais havendo a tratar, a
- 373 plenária da Comissão Intergestores Bipartite deu por encerrada a 3ª reunião de 2019 do referido
- 374 Colegiado, cuja Ata foi lavrada por mim, Vera Coêlho e assinada em folha de frequência pelos
- 375 membros titulares e suplentes que compareceram. Fortaleza vinte e dois do mês de março do
- ano de dois mil e dezenove.